

A ordem é crescer

○ ministro João Sayad disse ontem à noite que o crescimento da economia a uma taxa de 6 por cento ao ano não será objeto de negociação com o FMI e com os bancos credores. Ele deixou clara a nova posição do Governo brasileiro: "Isso não é barganhável". E disse que esse ponto é um dos pré-requisitos para toda a negociação com a comunidade financeira internacional. O Ministro acrescentou que o Brasil vai tentar obter vantagens com itens como redução das comissões e "spreads" cobrados pelos bancos, que têm participação importante na formação dos encargos financeiros pagos pela dívida externa, já superior a 100 bilhões de dólares. Essa posição brasileira terá a partir de hoje repercussões junto aos 700 bancos credores, pois o País quer maior flexibilidade para honrar seus compromissos e precisa crescer para gerar empregos e evitar uma nova onda recessiva.

O ministro João Sayad acredita que o acordo com o FMI vai ser fechado. Ontem o Governo do Presidente Sarney recebeu aval dos governadores para endurecer com as negociações e a partir de hoje, portanto, vão esquentar as conversas em Nova Iorque e Washington, onde se encontram representantes do Governo brasileiro. Uns estão explicando para o Fundo os cortes nas despesas públicas, que diminuíram, pelas contas do Governo brasileiro, 39,2 trilhões de cruzeiros, em relação a um total previsto para este ano em 66 trilhões de cruzeiros. O Banco Central entabula as primeiras conversações com os bancos credores e o que se observa de toda essa movimentação do Governo brasileiro para o equacionamento do seu problema externo é que ela apresenta uma sincronia inédita, refletindo um ponto de vista feito de unanimidades.

As negociações com o FMI e com os bancos credores foram até agora feitas com muita hipocrisia, porque embasadas sobre números e perspectivas irreais. O Governo Sarney quer dar realismo a elas, até mesmo para não frustrar o respaldo político que vem recebendo de segmentos importantes da sociedade brasileira. É de se esperar, portanto, que haja uma distensão da ortodoxia adotada pelo auditor dos bancos credores, o FMI. Caso contrário, o impasse definitivo parece estar inteiramente esboçado. Sim, porque de parte do Governo brasileiro já se conhece exatamente o teor básico da proposta: espaço adequado para recuperar o crescimento. Parecem ter chegado ao fim as soluções encontradas pelo Brasil e pelo FMI, desde janeiro de 83, e que resultaram em violentos ajustes internos. Elas podem ter rendido dividendos econômicos (como acumulação de reservas ou superávits na balança comercial), mas dilataram a dívida social. Essa fase está encerrada. A realidade política do País é outra e isso forçosamente terá que ser entendido pelo FMI e pelos bancos credores. O ministro João Sayad fez ontem uma outra revelação, que se identifica com a necessidade de criação de espaço para o crescimento econômico do País: ele admitiu que a partir do ano que vem o governo brasileiro vai pedir aos bancos dinheiro novo.

JOSE BERNARDES